



ESPORTES

Senador Wilder quer que escolas a trabalhem melhor os talentos descobertos

ÁREA TRIBUTÁRIA

Marconi e governadores do Brasil Central levam demandas a Temer



CERRADO



Goiânia, QUARTA-FEIRA, 17 de agosto de 2016

- www.wildermorais.com.br
- facebook.com/wildermorais
- instagram.com/wildermorais
- twitter.com/wildermorais

EXPOSIÇÃO NO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA

Poteiro: colorista do Brasil



ARTES PLÁSTICAS

O maestro das cores no Museu de Arte Contemporânea de Goiás (MAC)

WELLITON CARLOS

Há tempos o circuito de artes deve uma exposição dedicada à produção cultural espontânea do mestre português-goiano Antônio Poteiro. Pois o Museu de Arte Contemporânea de Goiás (MAC), em Goiânia, cumpriu a missão. A mostra "Poteiro: colorista do Brasil" reúne 41 pinturas e esculturas produzidas na melhor fase do artista, dentre as décadas de 1990 e 2000. A exposição é grátis e segue até 23 de outubro.

Sua arte é uma dos principais veículos de comunicação da natureza: Poteiro investiga o natural e o lúdico em suas construções lavadas em tintas coloridas e vivas. As esculturas dão formas aos seus desenhos que repetem signos fortes e representativos de um mundo que dispensa a pós-modernidade: é natural e reflexivo.

Um dos principais expoentes da arte naif nacional, Poteiro é muito mais do que uma categorização. Por isso, a urgência da exposição, que teve início na última segunda-feira, 15, e revela um artista amplo em sua linguagem.

Através da arte de Poteiro é possível perceber como ele se insere primeiro no campo artístico goiano – ao lado de grandes nomes como DJ Oliveira, Omar Souto, Liah e Confaloni. Por outro lado, expõe sua capacidade de se inserir no seletor universo dos grandes artistas brasileiros que flertam com o primitivo.

A curadoria do crítico de arte Enock Sacramento é feliz, na medida em que traça uma linha evolutiva da carreira do pintor/escultor. A exposição é um movimento em torno de Poteiro e suas inquietações como artista.

Gilmar Camilo, curador do MAC, por sua vez, foi quem efetivamente organizou a mostra, tornando possível a exposição nos limites orçamentários específicos para o evento.

SIMETRIA

Uma das características da arte de Poteiro é a busca ingênua da simetria. Sua obra é detalhista, um trabalho de ourives, que chega a afastar em alguns momentos a concepção de que ele seja um artista naif. Em vez de buscar

o realismo das formas, todavia, ele se concentra na composição. Assim, em quadros como "O Carnaval" ele dispõe bandeiras de países formando um ritmo contínuo de fora a fora da tela.

E na parte baixa, esbanja imagens de seus já reconhecidos ícones representativos de humanos. O artista manifesta virtuosismo ao brincar com o cromatismo. O detalhe genético da obra está no pontilhismo que se repete nas calças dos personagens, que ora usam um chapéu caipira ora aqueles do cangaço.

Outras obras, como "A chegada", misturam o tradicional pontilhismo (usado sem a intenção de repetir o estilo pós-impressionista) e naif. Mais uma vez o artista é polifônico, na medida em que orchestra uma trama própria para as cores e outra para as formas. Por fim, a temática: a conquista da terra, a chegada no Brasil. Algo, afinal, que um português sabe tão bem quanto ele, já que está no imaginário do seu país a conquista de Vera Cruz.

A ideia de batizar a exposição de "colorista do Brasil" faz sentido. Poteiro é mais do que Goiás: é universal. E sintetiza uma arte brasileira que brota das manifestações autóctones, do povo e que devem integrar o catálogo brasileiro de arte.

Nascido em 1925, em Portugal, ele participou de exposições de destaque no Brasil, Itália e Cuba. Já foi premiado como o Melhor Escultor Nacional, honraria concedida pela Associação Paulista de Críticos de Arte.

LEGADO

O artista morreu em junho de 2010, aos 84 anos, em Goiânia. Deixou um legado na arte primitiva, cujo maior exemplo é sua respeitabilidade dentre críticos e os próprios artistas que integram o seletor grupo de pintores brasileiros que tem algo realmente a dizer.

A mostra é imperdível. Interessados podem procurar o MAC de terça a sexta-feira, das 9 às 17 horas. Aos sábados, domingos e feriados, das 11 às 17 horas. A mostra tem entrada franca. E escolas podem realizar agendamento para visitas de grupos, através do telefone (62) 3201-4918.



Poteiro investiga o natural e o lúdico em suas construções lavadas em tintas coloridas e vivas



Exposição reúne 41 pinturas e esculturas produzidas na melhor fase do artista, entre 1990 e 2000

OLIMPIADAS

Senador Wilder diz que Brasil precisa tratar esporte com seriedade

WELLITON CARLOS

O senador Wilder Moraes afirmou que o Brasil precisa tratar os esportes com seriedade caso o país deseje fazer bonito nas competições internacionais. Sem culpar necessariamente os atletas brasileiros, o senador goiano disse que o desempenho do Brasil durante os jogos está aquém do merecido pelo país.

E o parlamentar diz que um dos motivos é a falta de planejamento e gestão. Para o senador, o Brasil das quadras é muito parecido com o do governo. Daí que a mudança em um afetará também o outro.

O parlamentar acredita que educação, tecnologia, cultura e esportes são temas correlatos e estratégicos. “São assuntos que já receberam certo reconhecimento legal, inclusive na Constituição Federal. Mas precisamos colocar em prática princípios normativos ao lidar com estes assuntos. E alguns destes princípios são os mesmos da administração pública, como a eficiência”.

Para Wilder, o vexame vivenciado pela seleção de futebol do Brasil contra o Iraque, em que os dois times empataram em um sofrível zero a zero, só mostra o drama da falta de planejamento e mensuração da eficiência.

“O jogo é coletivo, onze contra onze, o Brasil não realizou treinamento suficiente. Realizou um ou outro amistoso, como o que fez no Serra Dourada, e ainda queremos espetáculo? Dependemos de jogadas individuais. E sabemos que não basta. Fosse assim a Argentina teria sido a campeã do mundo”, analisa.

Para Wilder o planejamento nos esportes deve estar na base das discussões públicas. “O drama das medalhas passa por inovação, tecnologia e gestão. Atleta que perde um dia de treino está, na verdade, um dia atrás do adversário. O resultado do jogo Brasil versus Iraque só mostrou a teoria de que gestão é tudo – até nos esportes”, diz o parlamentar.

O senador Wilder defende ações práticas para que o país possa ter mais medalhistas e, com isso, melhorar a imagem do Brasil lá fora. O político diz que os esportes precisam estar relacionados com a educação e serem utilizados estrategicamente no combate da violência. “Mesmo os atletas de alta performance e rendimento são estudantes, desenvolvem suas profissões. Veja o caso da medalhista argentina, que venceu ouro no Rio, a judoca Paula Pareto. Ela é formada em medicina, uma dedicada pesquisadora”, diz.



Wilder acredita que o uso da Lei de Diretrizes de Bases pode ajudar as escolas a trabalharem melhor os talentos descobertos

Sistema de bolsas

Para Wilder, é preciso desenvolver sistemas de bolsas mais sólidos e que acompanhem os atletas desde os torneios infantis até as competições adultas. “Nas categorias de base existe um controle pouco planejado. Se realizássemos um trabalho de observação, com certeza, chegaríamos nas próximas olimpíadas com melhores resultados. Um esportista precisa ser cultivado. Não chegamos ao resultado de um Michael Phelps da noite para o dia. O cara bateu todos os recordes que poderia bater. Converse com ele e veja a estrutura de planejamento que existe por trás. Para começo de conversa, sua estrutura física: o nadador tem o corpo particularmente propício para a natação”.

Wilder acredita que o uso da Lei de Diretrizes de Bases pode ajudar as escolas a trabalharem melhor os talentos descobertos. O senador diz que o artigo 70 da LDB estabelece a possibilidade de concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas. Para ele, o quadro de medalhas mudará quando esporte e educação forem vinculados no Brasil, como já ocorre nos Estados Unidos.

CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL

Marconi leva a Temer demandas tributárias do Brasil Central

“Nós precisamos de mais reconhecimento”, afirmou na tarde desta terça-feira, 16, o governador Marconi Perillo ao chegar a Brasília para reunião dos governadores do Centro-Oeste, Norte e Nordeste com o presidente do Senado, Renan Calheiros. Marconi se referia à necessidade de maior valorização dos estados que compõem a região Brasil Central para a economia brasileira, a partir da discussão do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), Fundo de Participação e a renegociação da dívida dos estados, que tramita no Congresso Nacional.

O encontro com Calheiros culminou em reunião com o presidente Michel Temer. Junto ao presidente do Senado, os governadores seguiram para o Palácio do Planalto, onde levaram ao presidente Temer um documento com demandas das três regiões, especificamente relativas ao FEX e ao Fundo de Participação. Os ministros Eli-seu Padilha (Casa Civil) e Geddel

Vieira Lima (Secretaria de Governo) também participaram da reunião, junto a senadores.

Marconi afirmou que o presidente Temer e equipe receberam muito bem as propostas dos governadores do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. “Algumas solicitações bastante concretas foram entregues ao presidente. Dentre elas, o pagamento do FEX relativo a 2016, e o ressarcimento de Fundo de Participação que deixou de ser repassado a estados do Norte e do Nordeste. Tivemos uma conversa ótima. Ele tem todo o interesse em reequilibrar o Pacto Federativo”, afirmou.

O governador ponderou que os estados da Região Centro-Oeste ainda não receberam o ressarcimento por meio do FEX relativo a 2016, e ressaltou que é extremamente necessário que a União compense as perdas da isenção das exportações.

“Nós precisamos de mais reconhecimento. O Brasil Central produz mais de 50% dos alimentos do Brasil. Somos res-

ponsáveis por grande parte das exportações do país, e o que é exportado da nossa região para outros estados não é tributado. O governo federal consegue grande saldo exportador graças à Região Centro-Oeste; principalmente do Brasil Central, e nós não temos ressarcimento dessas perdas”, afirmou.

Ele observou que o pagamento do FEX ainda é bem aquém do que os estados perdem com a isenção de tributos sobre as exportações. “O FEX deste ano não deve chegar a 10%. Existem estados, como o Pará, que exporta minérios, que é um recurso finito, que não é ressarcido. Quem vai repassar essas perdas quando esse minério acabar?”, questionou.

“Nós, além de exportarmos alimentos também exportamos minérios e outras matérias primas. É preciso que essa região que gera tantos empregos, que tem saldo positivo de PIB, que possui números extraordinários em exportação seja reconhecida e melhor valorizada”, enfatizou.



Junto a governadores das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, Marconi entregou ao presidente da República documento com demandas relativas ao FEX

LEILÃO DA CELG

Em entrevista à imprensa, o governador comentou o leilão da Celg, que deverá ocorrer com nova data, em razão de as empresas interessadas alegarem que o preço da companhia está alto. “Agora será feita uma nova reavaliação técnica e jurídica, compreendendo MME, Eletrobras, Governo de Goiás, Celg Par, e nova data será marcada, provavelmente setembro”, declarou.

Participaram da reunião os governadores Marcelo Miranda (Tocantins), Pedro Taques (Mato Grosso), Rodrigo Rollemberg (DF), Tião Viana (Acre), Wellington Dias (Piauí), Rui Costa (Bahia), Simão Jatene (Pará), Renan Calheiros Filho (Alagoas), Camilo Santana (Ceará), Ana Lúcia Feliciano (vice-governadora da Paraíba); e os senadores Flexa Ribeiro (Pará), Otton Alencar (BA) e Fernando Bezerra (Pernambuco).

SENADOR WILDER NA MÍDIA

folhaZ

INFORMAÇÃO DE FORMA DINÂMICA

BUSCA NO SITE

Para coronel Silvio, ‘Aparecida precisa ser melhor cuidada’

Candidato a vice-prefeito de Alcides Ribeiro (PSDB), coronel Silvio Benedito (PP) reafirmou que a Segurança deve ser o lema de sua atuação

POLÍTICA

16 DE AGOSTO DE 2016



Coronel Silvio concede entrevista exclusiva ao jornalista Guilherme Coelho do Folha Z / Foto: Alex Villas Boas

Candidato a vice-prefeito na chapa encabeçada pelo Professor Alcides Ribeiro Filho (PSDB), o coronel Silvio Benedito (PP) reafirmou, em evento de campanha ocorrido na semana passada, que a Segurança deve ser o lema de sua atuação no período eleitoral e num possível mandato. Para ele, apesar da pasta ser uma atribuição estadual, o município pode e deve desenvolver medidas para garantir ou, ao menos, contribuir com a segurança da população. “É obrigação da prefeitura promover ações que reduzam a criminalidade, pois as pessoas moram no município, nos bairros e o administrador local tem que zelar pela segurança da população”, considera.

O candidato explica que a pasta será prioridade no plano de governo, principalmente no que se refere à participação municipal no combate à

violência. Segundo o coronel, há várias formas de atuar na segurança pública. O candidato cita, como exemplo, a realização de convênios com a Polícia Militar, uso de motocicletas e radiocomunicação, de celulares, centrais de videomonitoramento. “Não dá para fugir do tema, Aparecida precisa ser melhor cuidada. Para isso, o prefeito terá que trazer recursos, fazer convênios inclusive, com a Polícia Civil, Polícia Federal e com o Ministério da Justiça. É possível reduzir a violência, basta vontade para agir”, enfatiza.

Outra medida que faz parte do plano de governo de sua chapa – Professor Alcides/Coronel Silvio – é investir na criação do plano de cargos e salários da Guarda Civil Municipal. Segundo o candidato, o profissional precisa receber um salário digno para se sentir valorizado. “Não aumentaremos apenas o salário. Investiremos ainda na qualificação profissional, ampliaremos a autonomia da guarda e aumentaremos o número de viaturas para realizar um monitoramento mais ostensivo”, planeja.

Desafio

Silvio Benedito explica que o convite do governador Marconi Perillo (PSDB) e do vice-governador, José Eliton (PSDB), para ingressar na vida pública representou uma chance de agradecer à população aparecidense. “Toda minha vida pessoal e profissional devo à Aparecida de Goiânia. Quando recebi (o convite) percebi que era hora de agradecer”, diz ex-comandante geral da Polícia Militar de Goiás. Mas, o martelo para seguir na carreira política só foi batido depois que o militar conversou com o presidente de seu partido, **Senador Wilder Moraes**. “Ele me apoiou muito na minha escolha. Disse que tenho o perfil de liderança que Aparecida precisa”, conta.

FOLHA DO SUDOESTE

O JORNAL MAIS LIDO DO INTERIOR GOIANO

CIDADES

POLÍTICA

ECONOMIA

AGROFOLHA

POLÍCIA

EDUCAÇÃO

RELIGIÃO

Programa de Parceria de Investimentos tem parecer favorável do senador Wilder Moraes

AGOSTO 14TH, 2016 DIRETOR POLÍTICA 0 COMMENTS

Facebook

Twitter

Google+

LinkedIn

Pinterest



Wilder é relator da MP 727, a principal medida econômica do governo de Michel Temer

Com várias emendas apresentadas e mudanças importantes, e após a realização de diversas audiências públicas, o senador Wilder Moraes (PP) apresentou, nesta última quarta-feira, 10, no Senado, o relatório pela admissibilidade e aprovação da Medida Provisória 727/2016, que permite a criação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), uma medida do governo do presidente Michel Temer (PMDB) que visa ampliar a participação da iniciativa privada em projetos de infraestrutura no país.

A MP tramitou em regime de urgência. O programa foi criado nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer com o objetivo de tornar “mais ágeis” as concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado. O PPI lista empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado. O programa, segundo o governo, garante segurança jurídica aos investidores privados, estabelece regras estáveis e fortalece o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para expandir a oferta de infraestrutura.

A MP 727 criou o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e também autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos. O texto estabeleceu ainda como dever dos órgãos governamentais a atuação de forma coordenada para que a viabilização dos empreendimentos do PPI ocorra “de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento”.

Ainda segundo o que prevê o projeto, o PPI é uma iniciativa que estabelece a composição de todos os empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado, sejam eles diretamente a cargo da União ou aqueles executados por outros entes federados mediante delegação ou com recursos da União.

Para dar o seu parecer favorável à MP, o senador Wilder considerou aspectos técnicos e legais e apontou que essa medida tem caráter de urgência em razão da grave crise econômica enfrentada pelo país. “O grave momento atual demanda urgentes correções de curso que possam ajudar a tirar o país da forte recessão pela qual passamos. Uma delas é a PPI, que foi enviada ao Senado nos primeiros dias do atual governo”, explicou Wilder.

O senador também destacou a relevância do tema. Para ele, a MP 727, se aprovada, terá condições de ajudar o Brasil a superar obstáculos antigos que impedem o seu crescimento, que é justamente a criação de mecanismos para que a iniciativa privada possa executar ações que hoje são permitidas apenas ao Estado. Wilder defendeu que um País só consegue crescer se contar com uma infraestrutura minimamente adequada, no entanto, segundo ele, o ritmo de investimento nos últimos anos tem sido muito aquém do necessário, não apenas para atender as necessidades de uma economia que precisa expandir, como até mesmo para repor a natural depreciação do capital.

Também no seu relatório, Wilder indicou que concorda, e defende, que há necessidade no Brasil de aportar um maior volume de recursos privados para a infraestrutura. No entanto, frisa ele, isso só será possível com a aprovação de regras de investimentos mais claras e justas, além de estruturas governamentais mais ágeis e integradas que lidem com o assunto.

Wilder destacou no seu relatório a importância de se atrair o investimento privado para o país, mas é preciso, segundo ele indicou, garantir segurança jurídica aos investidores, estabelecer regras estáveis, fortalecer o papel regulamentador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para poder expandir a oferta de infraestrutura.

O senador Wilder, com o seu relatório e após aprovação da Medida Provisória, acredita que haverá maior celeridade no processo de concessão e de parcerias com a iniciativa privada, além de ampliar a oferta de empregos e expandir a infraestrutura com tarifas e preços adequados. Ele também disse esperar que a MP elimine de vez os entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado, que acabam por atrapalhar as concessões e impedir o crescimento econômico do Brasil. Pelo texto, o PPI buscará a ampliação e o fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização.

DiárioUrgente!



Senador Wilder defende aprimoramento da educação especial

DIARIOURGENTE

2 DE AGOSTO DE 2016

COMPARTILHE ISSO:

Twitter

Facebook

Google

CURTIR ISSO:

Curtida

Seja o primeiro a curtir este post.

O senador Wilder Moraes disse no Senado Federal que chegou a hora de o Brasil colocar em prática o que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) manda para a educação especial. Conforme o senador, em reunião com representantes da Educação, o tema é central para o exercício da cidadania e deve ser levado adiante para que o Brasil cumpra o Plano Nacional da Educação (PNE).

Wilder chamou a atenção para a necessidade de efetivar os artigos 58, 59 e 60 da norma que trata da educação brasileira, a Lei 9.394/96. O senador diz que o artigo 58 serve para delimitar o que se entende como educação especial. E mais ainda: alertar que as escolas têm obrigação de servir esta modalidade de educação da mesma forma que as demais.

Wilder diz que a oferta é um dever constitucional do Estado e começa na faixa de zero a seis anos, durante a educação infantil.

O problema da educação especial, diz Wilder, é que não existe ainda uma cultura de formação de profissionais e escolas voltadas a se adaptar aos estudantes.

Conforme Wilder, o grande princípio da LDB, no tocante à educação básica, é ainda incluir o estudante portador de necessidades especiais sempre que possível “nas classes comuns de ensino regular”.

JORNAL DO VALE

Senador Wilder defende PPI, programa que prepara Brasil para receber investimentos

